



Cumprimentos,

Fazemos hoje o balanço de um ano de liberalização do aborto.

Um ano volvido não encontramos na sociedade, nos homens e nas mulheres mais felicidade, mais prosperidade ou mais alegria. Pelo contrário, a sociedade portuguesa está cada vez mais agastada, doente, envelhecida e sem esperança.

Por isso, impõe-se hoje fazer um balanço desta página negra da história dos direitos humanos em Portugal que foi a liberalização do aborto. Página que o futuro há-de julgar.

Em **primeiro lugar** para mais uma vez reafirmar a ilegitimidade, e a inconstitucionalidade de uma lei que viola a Constituição. Uma lei que submetida a Referendo obteve apenas o voto favorável de 1/4 dos portugueses. Uma lei que foi aprovada apenas por vontade da auto-iluminada elite política, que não cumpriu a Constituição da República Portuguesa, nem a vontade da maioria do povo.

Louva-se por isso a atitude de um grupo de deputados que apresentou no Tribunal Constitucional o pedido de fiscalização sucessiva da lei.

Aguarda-se a decisão do Tribunal Constitucional.

Volvido este ano, verifica-se que os pressupostos sobre que incidiu a campanha do referendo estavam errados. Previu-se a prática de 20 a 25 mil abortos por ano. Hoje reconhecem o erro grosseiro daqueles números que não seriam mais do que 10 mil. Previa-se o flagelo da gravidez adolescente. Hoje verifica-se que as adolescentes não recorrem ao aborto. Previa-se o fim do aborto clandestino. Mas ele continua aí. Previa-se o aborto em segurança. Mas as complicações do aborto continuam a chegar aí.



Por isso, **revogar a lei do aborto é um imperativo nacional, e do estado de direito, é um imperativo de civilização, é um imperativo de qualquer política de direitos humanos e da família.**

O **segundo** aspecto que se impõe hoje tornar presente é a forte **contestação social** que apenas em alguns meses a lei do aborto pode colher. Enganam-se os paladinos que falam em paz social.

Muitos foram aqueles que perante a lei e sua regulamentação se disseram **enganados** pelo governo.

Em campanha a maioria que aprovou a lei, prometera uma lei equilibrada e capaz de salvaguardar o direito à vida. Publicada a lei e sua regulamentação constata-se que é, afinal, a liberalização **mais “selvagem”** de toda a Europa. O aborto não tem limites, que não a declaração de vontade da mulher.

Ainda dentro do Parlamento um grupo de **deputados** que fizera campanha pelo Sim, se declarou enganado.

Também a contestação se fez notar dentro das **classes profissionais** que mais de perto conhecem e trabalham com a realidade do aborto – médicos, enfermeiros, paramédicos e administrativos da saúde.

De norte a sul do país, do litoral ao interior milhares de profissionais declararam ser **objectores de consciência**. Declararam mesmo objectar à objecção que lhes estava a ser imposta por lei.

A prepotência do poder levou mesmo a um processo intimidatório para com uma classe profissional, isto é, à Ordem dos Médicos, para que



alterasse o Código Deontológico. Instrumento com séculos de saber e dignidade inalienáveis.

Tem sido uma história que mostra a violência que o aborto constitui para todos os que nele intervêm.

Nesta linha estão também **os centros de saúde** que têm recusado a aplicação do aborto químico por pressão das populações e dos profissionais que neles trabalham.

A Região Autónoma da Madeira, durante meses, resistiu à aplicação da lei – folhetim que demonstra bem a prepotência do poder central.

A lei do aborto tem sido também contestada pelas pessoas que a ela recorrem e que se vêm defraudadas nas suas expectativas.

As complicações do aborto, ainda que em estabelecimento autorizado, estão já à frente dos nossos olhos.

A lei do aborto é ainda contestado por aqueles que continuam à espera de cuidados de saúde por falta de verbas (cirurgias oncológicas, médico de família, urgências hospitalares) quando o dinheiro para fazer aborto nunca faltou.

A Comunicação Social, honra lhe seja feita, **tem sido porta-voz** desta contestação com alguns trabalhos de investigação correctos e objectivos.

Por isso, **revogar a lei do aborto é um imperativo nacional, é um imperativo da civilização da igualdade e da fraternidade, é um imperativo de qualquer política de direitos humanos e da família.**



Em **terceiro** lugar recordar que muitas foram já as vítimas do aborto livre.

Mais de 6 mil crianças terão já sido abortadas neste ano. Nesta sociedade que se diz dos direitos humanos, que se diz civilizada, que se diz de igualdade e da fraternidade não tem tido condições económicas e sociais para receber em cada dia, que cerca de 40 crianças por nascer.

Notamos a frieza com que os decisores políticos olham para estes números como se eles espiassem a culpa que sentem pela liberalização do aborto. Quanto mais abortos, mais justificam a lei iníqua que aprovaram.

Uma sociedade que não protege e acolhe os mais fracos e indefesos é certamente uma sociedade egoísta e doente.

Os senhores da liberalização herdaram um país com as mais baixas taxas de aborto da Europa, como agora se comprova... Prometeram baixar o número de abortos... Vemos já o que estão a fazer... O aborto a subir.

Conforme dissemos em campanha, a liberalização do aborto faz aumentar o número de abortos. A prova está aí...

Apresentamos de seguida um estudo que fala por si.... Só será travado o crescimento, se a lei for revogada.

Por isso, **revogar a lei do aborto é um imperativo nacional, é um imperativo da civilização da igualdade e da fraternidade, é um imperativo de qualquer política de direitos humanos e da família.**

Em **quarto** lugar um olhar para a sociedade civil que defende a vida. Que se bate pela defesa das mulheres e sua dignidade e ousa encontrar alternativas ao aborto.



Apesar da prepotência política e legislativa e da lei injusta e iníqua, a **sociedade civil** não baixou os braços!

Pelo contrário, o número de movimentos e associações da defesa da vida e de apoio a grávidas em risco tem aumentado. As associações que já existiam, ampliaram instalações, criaram novas valências, deram novas respostas, e por isso estão vivas e bem vivas. Mas também novas associações, novas realidades nasceram neste ano e continuam a nascer. O Algarve pela Vida, o Alentejo com a Fundação Patrocínio, ou em Portalegre, com a Vida Nasce, mas também em Lamego, em Setúbal, Braga, Aveiro, Coimbra, Vila Real ou Monte Abraão, no concelho de Sinta... É uma rede social que fala por si. Com uma empregabilidade de mais de 900 postos de trabalho e um trabalho em rede com outras instituições que faz das Associações e Instituições de apoio à grávida em risco uma realidade de que nos devemos orgulhar.

Certo é que, a procura de auxílio é também cada vez maior.

Com novas formas de problemas a que temos de acudir. Antes eram as condições económicas e sociais que ditavam a procura de apoio. Hoje, a este juntam-se as queixas de mulheres que são empurradas para o aborto pela pressão das entidades empregadoras, ou dos companheiros e maridos ou ainda por outras formas de violência doméstica e social, que estando cobertas pela lei atiram as mulheres para o desespero, a solidão e o aborto.

Muitos têm sido os casos que os nossos técnicos (psicólogos, assistentes sociais) têm acolhido e apoiado neste último ano onde já se fez notar a modificação trazida pela lei.

A liberalização do aborto deixou a mulher ainda mais sozinha, mais isolada, mais sujeita à violência.



Temos verificado, à semelhança de outros países, que a liberalização do aborto gera novas formas de violência.

Hoje mais de 60 instituições, movimentos e grupos cívicos que por todos o país faz este apoio, dá testemunho dessa nova realidade.

Por isso, **revogar a lei do aborto é um imperativo nacional, é um imperativo da civilização da igualdade e da fraternidade, é um imperativo de qualquer política de direitos humanos e da família.**

Em **quinto** lugar uma palavra para quem tem o Poder, para quem tem o dever de conduzir os destinos colectivos de um povo.

A lei do aborto foi aprovada exclusivamente por vontade do Poder. O mesmo poder que proclama políticas de família e da maternidade. Ora, não há política de família sem o respeito e a protecção pelas relações de família. A primeira das quais é a **filiação. Se o Estado não protege os filhos não tem política de família.** Tudo o resto é uma farsa política.

Uma política de família impõe a revogação da lei do aborto.

Uma política de família não se faz com subsídios. Estes são esmolas para pobres.

Uma política de família exige, como dissemos, a protecção efectiva do direito à vida e dos laços de filiação. **Exige políticas de urbanismo** que assegure o direito à habitação de pais e filhos. **Exige políticas fiscais** que não penalizem mas incentivem as relações familiares estáveis e o crescimento dos agregados.

Exige uma política de educação, melhor de **liberdade de educação**, que garanta aos pais o direito a educar os seus filhos. E não a educação que



gera o medo de que estes sejam destruídos pelas ideologias de um ministério ou de um grupo de interesses.

Exige uma política laboral que garanta a compatibilidade da vida profissional com a vida familiar.

Exige uma política de prestações sociais (no desemprego, na doença ou na velhice), seguras, dignas e idóneas para que as famílias tenham garantias de apoio nessas circunstâncias.

Exige uma política de apoio às instituições que na Sociedade faz o acolhimento dos mais carenciados. Instituições que tão ostracizadas são hoje.

E só por fim, se justifica uma **política de subsídios**.

Infelizmente no último ano só a política de subsídios teve o apoio do poder. Isto é, o poder parece que deseja continuar a ter carenciados, que deseja continuar a fazer a política de esmolas...

Para concluir, muitos são os que se têm preocupado com a decadência desta sociedade ocidental, e em particular com a decadência de Portugal. A lei do aborto é a mais evidente decadência.

Portugal, através da Federação Portuguesa pela Vida acaba de subscrever um pedido dirigido às Nações Unidas de moratória das políticas públicas que incentivam todas as formas de escravidão injustificada e selectiva do ser humano durante do seu desenvolvimento no seio materno, mediante um exercício de um poder arbitrário de aniquilamento, violando o direito a nascer e o direito à maternidade.



Pede-se às Nações Unidas que incluam no artigo 3.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos a protecção da vida humana **“desde a concepção até à morte natural”**. Este movimento iniciado em Itália pelo director de um jornal, ex comunista, professo ateu, está a colher o apoio de centenas de instituições por todo o mundo. Nos 60 anos da Declaração, a ciência e o saber, que desde 1948 tanto avançaram, impõem uma Declaração mais capaz de servir os direitos humanos e o Homem.

Não podemos calar ou ignorar o flagelo do aborto.

A hipocrisia política que dita a participação do Estado na exclusão de milhares de crianças que estão por nascer é o **atentado aos direitos humanos** do nosso tempo. Não podemos calar, não podemos ignorar.

Em cada momento histórico, a luta por um qualquer direito humano tem sempre vencido, estamos certos de que também nós havemos de conquistar o direito de nascer, o direito à igualdade.

Tal como iniciei, repito: a liberalização do aborto é uma página negra do nosso tempo porque:

- 1) A lei
 - é inconstitucional e ilegítima
 - tem uma forte contestação social
 - gera anualmente milhares de vítimas inocentes e destrói a saúde das mulheres
- 2) A resposta social constata que o aborto é sempre um flagelo e pode ser evitado.



- 3) Com a liberalização substituiu-se as políticas de família por políticas de subsídio/esmolas a pobres, que em nada dignificam a maternidade e tornam a sociedade cada vez mais pobre.

Por isso, revogar a lei do aborto é um imperativo nacional, é um imperativo da civilização da igualdade e da fraternidade, é um imperativo de qualquer política de direitos humanos e da família.